
Representantes presentes da Câmara Social

- | | |
|---|---|
| 1. Maria R. V. Rodrigues (OAB) - suplente | 14. Ronaldo Madureira (SEURBS) |
| 2. Paulo Roberto Peneluppi (AEA) | 15. Teles Pivetta (SEURBS) - suplente |
| 3. Luiz Roberto Barretti (ABES) | 16. Andrea Sundfeld (SEURBS) - suplente |
| 4. Evandro Albiach (INPE) | 17. Francisco Couto (SEURBS) |
| 5. Lincoln Delgado (GCE) | 18. Jonas Motta (SEURBS) - suplente |
| 6. Carlos Renó (VI. Letônia) | 19. Paulo Caon (SEURBS) |
| 7. José Áureo de Faria (Res. União) | 20. Georges Assaad (GARD) |
| 8. Ralf Gielow (SAVIVER) | 21. Angela Miromi Baldan (Saúde) |
| 9. Daniela A. Moretti (AABE) - suplente | 22. Sidney Campos (Educação) |
| 10. Silvio Holleben (AABE) - suplente | 23. Vinícius de P. Corrêa (SIDE) |
| 11. Osmar Ferreira (SINDNAPI) | 24. Francisco Godoy (SMC) |
| 12. Fabiana Vieira (ACONVAP) | 25. Gabriela Fachini (SMC) - suplente |
| 13. Vitor Tosetto (SECOVI) | 26. Wellington Zancheta (URBAM) |
| | 27. Dulce Rita Dabkiewics (Câmara) |

Demais cidadãos presentes

1. Ricardo M. Marcondes Ferraz (AASM)
2. Cedric (AASM)
3. Eduardo Bordinhon (Alupar)
4. Salvador Arnone (Movimento)
5. Micheli Gonçalves (Movimento)
6. Valdemir de Souza (Movimento)
7. José Moraes Barbosa (Movimento)
8. Ana Maria Leite (Movimento)
9. Andréa Luswarghi (Movimento)
10. Flávia Prado (Movimento)
11. Lucely Honório (Movimento)
12. Célia Regina Machado (Movimento)

Ausências Justificadas

1. Kelly Caramelo (SASP)
2. Camila Schwarz (SASP)
3. Wilson Cabral (ITA)
4. Klécia Massi (UNESP)

5. Gustavo Bahia (SABESP)



Pauta:

- 1) Aprovação da Ata da reunião de 13/06/18;
 - 2) Linha de Transmissão;
 - 3) Devolutiva da Câmara Técnica Extraordinária de Arborização – Caso Tívoli;
 - 4) Informações sobre as Câmaras Técnicas:
 - Código de Arborização / Composição em 13/06/18;
 - Plano Municipal de Resíduos / Composição 13/06/18;
 - Fundos Municipais / Composição 13/06/18;
 - 5) Apresentação do Programa Saúde das Árvores.
-

1 Às catorze horas e trinta minutos, do dia dezoito de julho de dois mil e dezoito, o
2 Presidente do Conselho Municipal de Meio Ambiente - COMAM, Lincoln Delgado
3 (GCE), deu início à reunião ordinária, cumprimentando os presentes e agradecendo a
4 presença de todos. Relatou os assuntos da pauta, submetendo a Ata da reunião,
5 realizada em 13 de junho de 2018 à aprovação do Conselho, a qual foi considerada
6 aprovada. Na sequência, passou a palavra ao Secretário de Urbanismo e
7 Sustentabilidade, Marcelo Manara, que após cumprimentar a todos, passou a informar
8 sobre a contratação de serviço de monitoramento via satélite, para detecção de
9 desconformidades, bem como construções em áreas clandestinas e áreas de risco.
10 Informou, ainda, que o Plano Municipal de Redução de Área de Risco, em vigência
11 desde 2012, está sendo revisado e assim que finalizado, será apresentado aos
12 Conselhos Municipais. Esclareceu que o referido Plano apresentará um mapa geral
13 destas áreas de risco, mediante complementação do serviço contratado, que detectará
14 a cada 72 (setenta e duas) horas o início de construções irregulares, além de detectar
15 o desmatamento e/ou supressões de árvores no Município, bem como a detecção de
16 conversão de uso do solo. Destacou que se trata de um aprimoramento do serviço de
17 fiscalização com um viés para a proteção ambiental, o que é extremamente benéfico
18 para o Município de São José dos Campos, ressaltando, ainda, que este é o primeiro
19 Município do Estado de São Paulo, talvez do Brasil a ter este tipo de tecnologia para
20 monitoramento e detecção de irregularidades. Na sequência, o Presidente, Lincoln
21 Delgado (GCE), após agradecer as informações trazidas pelo Secretário de Urbanismo
22 e Sustentabilidade, Marcelo Manara, finalizou o período de inscrição para fala de
23 participantes da reunião, que não são conselheiros, interessados em se manifestar
24 perante o Conselho. Em seguida, deu seguimento aos assuntos da pauta, passou a
25 tratar da linha de transmissão que deverá afetar a Zona Norte do Município, passando
26 a palavra ao representante da empresa responsável pela implementação do referido
27 projeto. Após cumprimentar a todos, o representante da concessionária de geração e
28 transmissão de energia Alupar, Eduardo Bordinhon, passou a explicar sobre o projeto
29 de instalação da linha de transmissão na Zona Norte de São José dos Campos.



30 Finalizada a explanação, o Presidente, Lincoln Delgado (GCE), passou a prestar
31 alguns esclarecimentos. Destacou que a simples instalação de uma linha de
32 transmissão na cidade é razão suficiente para a discussão da questão mediante o
33 Conselho Municipal de Meio Ambiente, tendo em vista que haverá a afetação de
34 algumas áreas de mata atlântica, o que gera uma preocupação no Conselho.
35 Esclareceu que além desta preocupação, alguns moradores da região que será afetada
36 pela instalação desta linha de transmissão, reivindicaram via Conselho, uma
37 manifestação da concessionária responsável pelo empreendimento acerca do projeto
38 em andamento, vez que além do dano ambiental, haverá também um prejuízo das
39 atividades produtoras na região. Questionou se nesta fase do processo, é possível a
40 alteração no traçado estabelecido para instalação da linha de transmissão. Na
41 sequência, o Secretário de Urbanismo e Sustentabilidade, Marcelo Manara, agradeceu
42 a disponibilidade da concessionária em apresentar e esclarecer alguns pontos do
43 projeto em questão. Em seguida, lembrou a todos que uma vez apresentado o
44 EIA/RIMA, pela Concessionária Alupar, o Conselho Municipal de Meio Ambiente
45 poderá convocar uma reunião prévia às audiências públicas para debate do material
46 trazido ao Conselho. Aproveitando, sugeriu ao Conselho, o alinhamento com a
47 concessionária para o agendamento da possível discussão, em duas datas pertinentes,
48 sendo uma destas reuniões realizadas em São Francisco Xavier, visando o maior
49 assentamento de pessoas e proprietários que serão atingidos diretamente pela
50 instalação desta linha de transmissão. Solicitou, enquanto Secretário, em razão do
51 interesse do Município, que traz em sua legislação a obrigatoriedade em se realizar
52 audiências públicas, a realização de duas audiências públicas para discussão com a
53 população acerca do tema, uma a ser realizada na região central do Município e outra
54 em São Francisco Xavier, lembrando que a concessionária deverá ajustar detalhes
55 com o Órgão Ambiental para a realização destas audiências. Em resposta ao
56 questionamento feito pelo Presidente, Lincoln Delgado (GCE), o representante da
57 Concessionária Alupar, Eduardo Bordinhon, esclareceu que é possível trabalhar com
58 alternativas acerca do traçado estabelecido, desde que isso não afete outras pessoas.
59 Afirmou que poderão ocorrer pequenas alterações no projeto, sendo inviável o
60 deslocamento total do traçado, o que causaria novos impactos e novos problemas. Na
61 sequência, o morador da região afetada e Presidente da Associação de Moradores
62 impactados diretamente pela obra, Cedric, destacou que o projeto apresentado traz o
63 traçado da linha de transmissão, bem como o EIA/RIMA, que já foi apresentado para
64 apreciação do IBAMA, lamentando que só neste momento, a discussão tenha sido
65 trazida formalmente à Gestão Municipal, criticando a postura e atuação da
66 Concessionária Alupar, vez que o correto era que o Município fosse envolvido na
67 elaboração do traçado, antes da finalização do projeto, bem como da apresentação do
68 EIA/RIMA ao órgão ambiental. Solicitou a intervenção do Conselho, acerca de um
69 estudo para identificar qual a melhor alternativa para as regiões afetadas, além do
70 estabelecimento de um corredor para obras lineares, para direcionar o uso da região
71 para esta obra e também para obras futuras. Em seguida, a membro da Associação de
72 Moradores, Verônica, destacou que nas regiões afetadas, existem duas APAS, uma na

73 Serra da Mantiqueira e outra que está ligada à Cantareira, afirmando que o Município
74 de São José dos Campos foi contemplado com um valor expressivo por parte do BID,
75 para favorecer ou recuperar os corredores já existentes, lembrando que ao verificar o
76 ponto "5" da região, é possível notar um corredor. Afirmou, ainda, que é no mínimo
77 contraditório, que o Município tenha recebido um valor significativo para
78 desenvolvimento dos corretores e em seguida tenha sido estabelecida uma linha de
79 transmissão que é totalmente contra o objetivo deste projeto. Com relação ao "Parque",
80 destacou que dada à relevância e importância de um corredor ecológico na região,
81 além da união de duas unidades de conservação, questionou o que seria um "Parque"
82 em comparação às duas unidades de conservação. Por fim, solicitou junto à
83 concessionária, a disponibilização do arquivo apresentado, para que seja possível a
84 apresentação de uma sugestão para a linha de transmissão, por parte da Associação
85 de Moradores das regiões afetadas. Em seguida, o Presidente, Lincoln Delgado
86 (GCE), lembrou a todos que o Parque Augusto Ruschi, antigo Horto Florestal, é uma
87 Unidade de Conservação de Proteção Integral, enquanto que as outras unidades são
88 APAS, ou seja, Área de Proteção Ambiental, de uso sustentável, uma categoria que
89 permite mais uso. Ressaltou que a linha recém-instalada, "A COPEL", já está em uma
90 zona de amortecimento do Parque, de modo que deslocar esta linha para outra
91 dimensão do Parque, seria extremamente prejudicial, afirmando que não dá para
92 começar a comparar unidades de conservação. Na sequência, o representante da
93 concessionária, Eduardo Bordinhon, em resposta à crítica apresentada pelo morador,
94 Cedric, ressaltou que o projeto teria que ser apresentado aos órgãos pertinentes com
95 algum traçado, não sendo possível a implementação de um projeto fundado em
96 suposições. Destacou que a linha de transmissão irá atingir 27 (vinte e sete)
97 Municípios, não somente o Município de São José dos Campos. Com relação à
98 sugestão sobre corredores, afirmou que se trata de uma ideia interessante, todavia é
99 difícil dizer o quão factível é para ser executada, explicando que as linhas de
100 transmissão ligam os pontos distintos, uma vez que passar uma linha de transmissão
101 por mais de uma vez em uma única propriedade gera "impactos cumulativos". Com
102 relação às unidades de conservação, endossou a fala do Presidente, Lincoln Delgado
103 (GCE), destacando que o Parque Augusto Ruschi é uma Unidade de Conservação de
104 Proteção Integral, tendo maior importância do que as APAS, sem desmerecer qualquer
105 unidade. Lembrou que as APAS são áreas muito extensas, o que torna impossível que
106 não haja a implantação de traçados nestes locais. Ressaltou que a Concessionária
107 Alupar procura buscar alternativas para as regiões que serão afetadas, o que vem
108 sendo feito na região, todavia não é possível alterar o traçado total, a fim de se evitar
109 maiores problemas. Em seguida, o ambientalista, Moraes, questionou quantas
110 propriedades e unidades de conservação serão afetadas diretamente pelo traçado
111 desta linha de transmissão, bem como se em algum momento estes proprietários foram
112 consultados acerca desta implantação por parte da empresa ou de algum órgão
113 federal. Em resposta, o representante da Concessionária Alupar, Eduardo Bordinhon,
114 esclareceu que a estimativa é de que aproximadamente 600 (seiscentos) proprietários
115 sejam afetados pelo traçado, tendo em vista que a linha de transmissão tem 800

116 (oitocentos) quilômetros, serão afetados na média de um proprietário a cada 500
117 (quinhentos) metros, dependendo da região. Sendo que no Município de São José dos
118 Campos, 41 (quarenta) e um proprietários serão afetados. Sobre as Unidades de
119 Conservação, esclareceu que dada à extensão das APAS existentes na região, não foi
120 possível desviar o traçado destes locais, todavia, estas Unidades de Conservação
121 estão incluídas no processo de alternativa de traçado. A representante da AABE,
122 Daniela Moretti, questionou qual a razão de se caminhar para audiências públicas sem
123 a correção deste traçado, tendo em vista que em caso de não aprovação do EIA/RIMA
124 apresentado, o projeto sofrerá alterações o que acarretará grandes despesas. O
125 representante da Concessionária Alupar, Eduardo Bordinhon, manifestou sua
126 concordância, esclarecendo que por este motivo há a necessidade de se buscar
127 alternativas dentro daquela região e não alterar a implantação deste traçado para
128 outras regiões, o que ocasionará diversos problemas, ressaltando que a
129 Concessionária está disposta a realizar reuniões com os proprietários afetados para
130 buscar alternativas naquela região. Na sequência, o membro da Associação de
131 Moradores Serra da Mantiqueira, Ricardo Ferraz, afirmou que até aquele momento,
132 não havia identificado nenhuma justificativa plausível sobre o motivo pelo qual a
133 Concessionária Alupar decidiu fazer este traçado de “zigue-zague”, ao invés de
134 caminhar 70 (setenta) metros de proteção paralelos às linhas existentes, no trecho em
135 que já houve um dano ambiental e afetação de proprietários nestas regiões, o que é
136 muito incoerente. Questionou a “desculpa” de proteção ao Aeródromo de Caçapava,
137 quando a solução seria desviar o traçado um pouco mais abaixo. Sobre o Ponto “5”,
138 afirmou que existe um corredor com diagnóstico real de toda uma fauna que transita no
139 local, e que será afetado sem necessidade. O representante da Alupar, Eduardo
140 Bordinhon, explicou o motivo pelo qual o traçado a ser implantado não será paralelo ao
141 traçado já existente, alegando que caso isto ocorresse, uma área maior de mata
142 atlântica seria afetada, inclusive neste ponto. Esclareceu que este é o único ponto de
143 conflito em toda a extensão do traçado, em relação à implantação deste projeto, de
144 modo que os demais Municípios afetados não se manifestaram em discordância, além
145 de São José dos Campos. Por fim, enfatizou que a Concessionária Alupar está
146 disposta a conversar com os proprietários, para buscar melhores alternativas para a
147 região. A Vereadora, Dulce Rita, parabenizou o Conselho por ter trazido esta questão
148 para discussão em plenária. Destacou que é muito importante que haja esta “visita” em
149 São Francisco Xavier, a fim de se buscar melhores alternativas para a região. Em
150 seguida, o Presidente, Lincoln Delgado (GCE), agradeceu a presença do representante
151 da Concessionária Alupar e aos esclarecimentos prestados, dando início ao próximo
152 assunto da pauta, passando a discorrer sobre os trabalhos desenvolvidos pela Câmara
153 Técnica de Arborização Extraordinária, constituída para tratar e buscar alternativas
154 para a questão sobre as supressões de árvores para a implantação de um
155 estacionamento, no bosque localizado na Vila Betânia. Destacou que após a realização
156 de algumas reuniões, mediante a análise de toda a documentação pertinente e do
157 processo de licenciamento, objetivando a finalização de um parecer técnico acerca do
158 tema, em sua última reunião, em consenso, foi estabelecida uma Moção com termos a

159 serem encaminhados à Prefeitura de São José dos Campos e à CETESB, enfatizando
160 que o referido documento foi baseado na sugestão encaminhada aos membros da
161 Câmara Técnica pelo conselheiro, Wilson Cabral (ITA). Lembrou, ainda, que foi
162 apresentada para a Câmara Técnica, uma manifestação técnica, por parte da
163 professora e conselheira, Klécia Massi (UNESP), que será igualmente encaminhada a
164 estes órgãos, em apenso, vez que não havia um consenso em alguns termos. Na
165 sequência, o representante do órgão público, Ronaldo Madureira, cumprimentou a
166 todos, efetuando em seguida, uma leitura completa da Manifestação da Câmara
167 Técnica de Arborização Extraordinária, caso Vila Betânia. Após a leitura do documento,
168 abriu-se a palavra aos demais presentes para manifestação acerca do tema. A
169 representante do Movimento "Somos Parque Betânia", Andréa Luswarghi, lembrou a
170 todos que compôs a referida Câmara Técnica, e antes de discorrer sobre os trabalhos
171 efetuados, fez uma observação em relação ao horário fixado para realização das
172 reuniões do Conselho, qual seja às catorze horas, destacando que muitas pessoas
173 trabalham neste período, o que impossibilita a efetiva participação da população. Em
174 seguida, informou aos presentes que apenas tomou ciência do documento apresentado
175 como Manifestação da Câmara Técnica naquele momento. Lembrou que na última
176 reunião da Câmara Técnica, restou estabelecido que o parecer final, seria
177 encaminhado aos membros da referida Câmara com antecedência à realização da
178 reunião ordinária do Conselho, juntamente com as contribuições dos demais membros.
179 Afirmou, ainda, que solicitou o agendamento de uma Reunião Extraordinária do
180 Conselho, para tratar especificamente deste tema dada a sua relevância, o que não foi
181 acolhido, de modo que o tema foi incluído na pauta da reunião ordinária do Conselho, o
182 que claramente prejudica a discussão, tendo em vista que dois participantes da
183 Câmara Técnica, o representante do ITA, Wilson Cabral, e a representante da UNESP,
184 Klécia Massi, não estão presentes por motivo de férias, dado o período de férias nas
185 Universidades. Solicitou, junto ao Presidente do Conselho, Lincoln Delgado (GCE), o
186 agendamento de reunião posterior, visando à presença destes membros que
187 participaram ativamente e contribuíram com os trabalhos da Câmara Técnica. A
188 representante do Movimento "Somos Parque Betânia", Flavia Prado, afirmou que a
189 conclusão de manutenção do Bosque apresentada no parecer é mínima e lamentou a
190 postura do Conselho, ressaltando que é de extrema importância a presença dos
191 membros ausentes, para uma discussão válida, reiterando a solicitação de resignação
192 da reunião, para efetiva discussão sobre o tema. Em manifestação, o Presidente,
193 Lincoln Delgado (GCE), afirmou que é excelente que os professores em questão
194 tenham a possibilidade de se ausentar e estar com seus filhos, vez que possui um filho
195 de 04 (quatro) anos que também está em férias, no entanto, está presente na reunião
196 do Conselho, acompanhando os trabalhos. Destacou que a presente reunião foi
197 agendada com 60 (sessenta) dias de antecedência, e que a ausência dos membros da
198 Câmara Técnica não inviabiliza a discussão do tema, lembrando a todos que as
199 manifestações técnicas apresentadas por todos os membros, serão anexadas à Moção
200 e devidamente encaminhadas aos órgãos pertinentes. Ressaltou, mais uma vez, que o
201 texto base utilizado para confecção do documento final, foi produzido e encaminhado


202 aos demais membros pelo conselheiro, Wilson Cabral, de modo que na última reunião
203 da Câmara Técnica este documento foi lido item a item e revisado por todos os
204 membros, bem como finalizado em consenso por todos os membros. Afirmou que
205 todos os membros tiveram pleno conhecimento do texto final a ser encaminhado ao
206 Conselho, enfatizando que dizer o contrário é uma leviandade. Lembrou, ainda, que
207 democracia não significa a prevalência do “meu querer” sobre o querer dos demais,
208 mas sim o querer da maioria, felizmente. Novamente ressaltou que o documento
209 emitido e apresentado em plenária como manifestação da Câmara Técnica, é um
210 documento consensuado por todos os membros da Câmara Técnica, enfatizando,
211 inclusive, que o documento em questão foi digitado no decorrer da reunião pelo
212 conselheiro, Wilson Cabral. Em esclarecimento, a representante do Movimento “Somos
213 Parque Betânia”, Andrea Luswarghi, informou que não quis dizer que o documento
214 apresentado não foi consensuado por todos os membros da Câmara Técnica, mas sim
215 lembrar que na última reunião da Câmara Técnica, restou estabelecido que os demais
216 pareceres técnicos seriam encaminhados para todos os membros do Conselho, e
217 tendo em vista que o texto final, além de demais manifestações técnicas não foram
218 encaminhados com antecedência, solicita o agendamento de nova reunião. O
219 Presidente, Lincoln Delgado (GCE), afirmou que em caso de aprovação em plenária do
220 parecer trazido pela Câmara Técnica o documento e as demais manifestações
221 técnicas, serão devidamente encaminhados aos órgãos pertinentes, conforme
222 solicitado. Na sequência, o munícipe, Luiz Antônio, afirmou que não há uma
223 divergência em relação ao conteúdo do documento apresentado, ressaltando que o
224 que há é uma solicitação de discussão justa acerca do tema, junto aos técnicos que
225 elaboraram o parecer para esclarecimentos. Propôs o agendamento de uma nova data
226 para a discussão do tema, com a presença de todos os técnicos que participaram
227 efetivamente da Câmara Técnica. Em seguida, o representante do INPE, Evandro
228 Albiach, também membro da Câmara Técnica, esclareceu que o documento lido para a
229 plenária de fato reflete o que foi acordado entre os membros da referida Câmara,
230 todavia, o mesmo não foi encaminhado para todos com antecedência, ressaltando que
231 um encaminhamento prévio deste texto aos membros do Conselho evitaria este tipo de
232 mal estar desnecessário. Novamente ratificou que o texto lido pelo representante do
233 Poder Público, Ronaldo Madureira, reflete na íntegra o documento consensuado pela
234 Câmara Técnica, e que deverá ser encaminhado aos órgãos pertinentes. Na
235 sequência, o professor e ambientalista, Moraes, afirmou que não vê problema em que
236 haja a presença dos técnicos que contribuíram ativamente para a produção deste
237 documento, inclusive, para possibilitar que estes possam defender as suas teses,
238 conforme está sendo pleiteado pelos membros do Movimento “Somos Parque Betânia”.
239 Questionou, ainda, qual a razão para resistência acerca desta solicitação, endossando
240 a reivindicação para agendamento de nova reunião com a presença dos técnicos e
241 conselheiros ausentes. Em seguida, o Presidente, Lincoln Delgado (GCE), afirmou que
242 ainda que a data da reunião não seja uma data feliz, entende que seria o momento
243 propício para que os conselheiros em questão apresentassem seus subsídios técnicos.
244 Esclareceu que a única preocupação a este respeito é de que o encaminhamento

245 necessário não seja efetuado, em razão do adiamento da questão por conta de uma
246 discussão técnica, ressaltando que o importante é que a documentação necessária
247 chegue até os órgãos pertinentes. Destacou que em momento oportuno, talvez na
248 próxima reunião do Conselho, os professores ausentes poderão se expressar acerca
249 do tema, uma vez que o Conselho é democrático. Na sequência, o munícipe, Lucas
250 Lacaz, em manifestação afirmou que vem fazendo um comparativo entre a situação do
251 Bosque da Vila Betânia, que em decorrência da hipótese de supressão de 400
252 (quatrocentas) árvores, tem toda uma ação da população para manutenção destas
253 árvores, enquanto que diariamente inúmeras outras árvores vem sendo suprimidas na
254 cidade sem a devida reposição destes indivíduos, citando como referência os registros
255 de supressão de árvores em diversos locais da cidade. Destacou que a população está
256 completamente desinformada sobre o que está acontecendo na cidade, e que precisa
257 se inteirar destes acontecimentos, das leis vigentes e dos procedimentos cabíveis, para
258 que possa cobrar iniciativas da Prefeitura. O Presidente, Lincoln Delgado (GCE),
259 complementou, solicitando aos presentes que estejam dispostos a se debruçar sobre a
260 questão da arborização em São José dos Campos, ressaltando que existe um Plano de
261 Arborização em vigência e que as metas não estão sendo cumpridas, uma vez que
262 árvores são suprimidas na cidade sem que ocorra a devida reposição. Afirmou que não
263 há justificativa para tanto. Solicitou aos participantes do Movimento "Somos Parque
264 Betânia", que continuem com a luta a favor da arborização da cidade, e não somente a
265 favor de um único bosque, mas de todos os bosques da cidade. Em seguida, o
266 representante do Poder Público, Ronaldo Madureira, acerca das colocações trazidas
267 pelo munícipe, Lucas Lacaz, esclareceu que a Prefeitura de São José dos Campos faz
268 um controle destas ocorrências. Afirmou que a cada obra pública efetuada, é emitido
269 um Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental, além da necessidade de
270 compensações, esclareceu que a cidade tem uma dinâmica, e para cada árvore
271 suprimida há a exigência de compensação destas mudas, sendo 10 (dez) árvores
272 plantadas por árvore exótica suprimida e 15 (quinze) árvores plantadas por árvore
273 nativa suprimida. Comprometeu-se a informar posteriormente, quais os locais em que
274 haverá as compensações em decorrência das obras públicas mencionadas. Em
275 seguida, a representante do Movimento "Somos Bosque Betânia", Andréa Luswarghi,
276 afirmou que o Movimento pretende acompanhar a revisão do Código de Arborização.
277 Solicitou que o Poder Público disponibilizasse, já na próxima reunião, uma lista de
278 todas as árvores que foram suprimidas recentemente no Município, bem como uma
279 lista contendo todos os locais em que haverá ou houve a compensação pertinente. Em
280 resposta, o representante do Poder Público, Ronaldo Madureira, se comprometeu a
281 fornecer estas informações. O Presidente, Lincoln Delgado (GCE), solicitou o
282 posicionamento do Conselho acerca da manifestação da Câmara Técnica apresentada,
283 para encaminhamento da Moção e dos pareceres técnicos apresentados por seus
284 membros, aos órgãos pertinentes. Na sequência, a representante da AABE, Daniela
285 Moretti, relatou a todos que também participa ativamente do Conselho Gestor do Plano
286 Diretor, assim como o Presidente, Lincoln Delgado (GCE), solicitando que depois de
287 protocolado o documento junto à Prefeitura de São José dos Campos, seja igualmente


288 protocolado junto ao Conselho Gestor do Plano Diretor, para que todos os membros
289 possam ter ciência. Após, solicitou ao Conselho Municipal de Meio Ambiente, a
290 inclusão em pauta para discussão de uma obra que está sendo efetuada no Jardim
291 Aquarius, em uma área de propriedade da Serveng, para que haja o conhecimento do
292 Conselho acerca das providências a serem tomadas a respeito da APA da região. Em
293 seguida, o Presidente, Lincoln Delgado (GCE), colocou em votação a Moção
294 apresentada ao Conselho, afirmando que em caso de aprovação, o referido documento
295 será encaminhado, juntamente com as manifestações dos conselheiros, Klécia Massi e
296 Wilson Cabral, bem como a manifestação do Movimento "Somos Parque Betânia", para
297 a Prefeitura de São José dos Campos e para a CETESB. Na sequência, a Vereadora,
298 Dulce Rita, fez uma observação acerca da manifestação da Câmara Técnica,
299 enfatizando que a mesma deveria estar subscrita por todos os membros que a
300 compuseram, para encaminhamento aos órgãos pertinentes. Não havendo objeções,
301 deu-se por aprovado, por unanimidade, o envio por parte do Conselho Municipal de
302 Meio Ambiente da Moção e seus anexos aos órgãos pertinentes. Em seguida, o
303 Presidente, Lincoln Delgado (GCE), lembrou a todos que o assunto em questão poderá
304 ser discutido posteriormente, vez que a arborização do Município deve ser sempre
305 objeto de discussão do Conselho. Na sequência, o ambientalista, Moraes, questionou
306 se será realizado um Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental,
307 além de audiências públicas, para a questão da Via Jaguari, e também para a Ponte
308 Estaiada, tendo em vista que são duas obras de grande porte que resultarão
309 consideráveis impactos ambientais. Em manifestação, o Presidente, Lincoln Delgado
310 (GCE), esclareceu que não possui condições de prestar informações acerca do
311 andamento destas obras, no entanto, em razão da solicitação, afirmou que o
312 questionamento será encaminhado ao Secretário de Urbanismo e Sustentabilidade,
313 Marcelo Manara, para que este compareça na próxima reunião do Conselho e preste
314 estes esclarecimentos. Na sequência, o representante do INPE, Evandro Albiach,
315 relatou que no dia anterior à reunião havia recebido da parte do conselheiro, Wilson
316 Cabral, uma minuta de moção para encaminhamento ao ICMBio e à CETESB, a
317 respeito da manutenção da condicionante para a restauração florestal na área do
318 entorno do Jaguari, referente à transposição. Questionou o encaminhamento deste
319 documento. O Presidente, Lincoln Delgado (GCE), acusou o recebimento do referido
320 documento e fez a leitura completa do mesmo. Em seguida, após atualizar a todos
321 acerca da situação envolvendo a condicionante, com o complemento de algumas
322 considerações apresentadas pelo conselheiro, Luiz Barretti, representante da ABES,
323 iniciou a votação para encaminhamento da referida Moção ao ICMBio e à CETESB.
324 Não havendo objeções, deu-se por aprovado, por unanimidade o envio da Moção por
325 parte do Conselho Municipal de Meio Ambiente aos órgãos pertinentes. Na sequência,
326 o representante do Poder Público, Ronaldo Madureira, prestou informações acerca do
327 Programa Saúde das Árvores e destacou a importância da arborização urbana para o
328 Município. Em seguida, fez uma apresentação sobre o referido Programa, expondo
329 alguns dados acerca do procedimento adotado pela Prefeitura. Em seguida, o
330 munícipe, Salvador, destacou que existe um "direito" implantado pela ONU, acerca da

331 representação dos indivíduos arbóreos e da fauna. Afirmou que é filiado ao Partido
332 Verde, e que esta questão já foi encaminhada ao Vereador pertinente, para que haja a
333 implementação deste direito na Lei Orgânica do Município. Em manifestação, o
334 representante do Poder Público, Ronaldo Madureira, complementou que é necessário
335 que todos entendam que as árvores possuem seus próprios direitos, é necessário
336 respeitar o Meio Ambiente, para que a humanidade possa sobreviver, ressaltando que
337 a arborização urbana é fundamental neste papel. A representante do Movimento
338 "Somos Parque Betânia", destacou que existe um tipo de manutenção para verificar a
339 situação das árvores plantadas em praça. Afirmou que vem acompanhando a situação
340 da Praça Sinésio Martins, no Jardim Esplanada, e observou que já faz alguns anos que
341 as árvores desta praça não passam por manutenção. Questionou qual o procedimento
342 do Programa Saúde das Árvores, acerca da manutenção destes indivíduos, bem como
343 se existe um cronograma para atendimento das árvores da região. Em resposta, o
344 representante do Poder Público, Francisco Godoy, responsável pela arborização e
345 manutenção de áreas verdes, esclareceu que reconhece a importância fundamental
346 das árvores, e que está sempre aberto a receber as considerações da população.
347 Afirmou que a Secretaria de Manutenção da Cidade não vem poupando esforços para
348 atender a demanda de arborização da cidade, tendo inclusive, plantado em 2017 mais
349 de 800 (oitocentas) mudas de árvores. Informou que a Secretaria de Manutenção da
350 Cidade reorganizou a sua estrutura, e está montando uma forma mais eficiente para o
351 plantio de árvores no Município, de acordo com o Plano de Arborização em vigência,
352 de modo que o plantio deve ser iniciado no mês de setembro, após o período de seca.
353 Sobre a manutenção das árvores, em relação à Praça Sinésio Martins, no Jardim
354 Esplanada, esclareceu que além das parasitas que assolam as árvores e podem mata-
355 las, existem algumas epífitas que são benéficas, que não são parasitas e não danificam
356 as árvores. Explicou que com a iniciativa do Programa Saúde das Árvores ficará mais
357 prática a questão de manutenção destes indivíduos, afirmando que a qualquer
358 momento poderá ser protocolada a solicitação para a manutenção de determinada área
359 pelo canal 156 da Prefeitura, para que haja o efetivo atendimento. Acerca das podas de
360 árvores, esclareceu que a Concessionária EDP Bandeirante atua em locais cobertos
361 por rede de energia, em razão do risco de acidentes, tendo em vista que apenas os
362 técnicos especializados tem capacidade para executar esse tipo de poda. Informou que
363 em função dos danos que vinham sendo causados em árvores por parte da
364 concessionária, no último ano a Prefeitura ofertou um curso técnico explicativo para
365 toda a equipe operadora da Concessionária para que as podas ocorram da melhor
366 forma, sem que haja prejuízo dos indivíduos arbóreos, informou ainda que a Prefeitura
367 vem monitorando as ações da Concessionária EDP Bandeirante a fim de garantir a
368 integridade destas árvores. Esclareceu, ainda, que após a poda efetuada pela
369 Concessionária, a Prefeitura efetua o complemento desta poda para configurar a copa
370 destas árvores de acordo com as particularidades da espécie. Solicitou a contribuição
371 da população em relação à atuação da Concessionária EDP Bandeirante acerca das
372 podas em árvores, explicou que em caso de irregularidades a Concessionária é
373 devidamente autuada e advertida. Por fim, esclareceu que as podas efetuadas pela

374 Prefeitura ocorrem por meio de empresas especializadas, de acordo com uma
375 programação anual que está disponibilizada no site da Prefeitura de São José dos
376 Campos. Assegurou que este serviço vem sendo devidamente fiscalizado pelas 09
377 (nove) regionais. Na sequência, a munícipe, Ana Maria, afirmou que reside há 48
378 (quarenta e oito) anos, no Bairro Vila Betânia, e que as árvores existentes na rua em
379 que reside possuem mais de 40 (quarenta) anos. Explicou que há aproximadamente 30
380 (trinta) dias, um único galho de uma árvore caiu na residência de um vizinho e foi o
381 suficiente para destruir grande parte do imóvel, e ainda assim, nenhum técnico da
382 Prefeitura compareceu no local para verificar a situação. Afirmou que há mais de 02
383 (dois) anos solicitou a verificação deste indivíduo arbóreo, reiterando a solicitação para
384 que a Prefeitura encaminhe algum técnico até o local. O representante do Poder
385 Público, Francisco Godoy, se comprometeu efetuar esta verificação. Em seguida, o
386 representante da AABE, Silvio Holleben, questionou quais os verdadeiros responsáveis
387 pela poda de árvores no Município, tendo em vista que procurou a Concessionária EDP
388 Bandeirante para registrar uma irregularidade e foi informado por um funcionário que as
389 podas são efetuadas conforme orientação da Prefeitura. Destacou que as podas são
390 efetuadas de forma incorreta, deixando as árvores irregulares, com as copas pensas. O
391 Presidente, Lincoln Delgado (GCE), esclareceu que constatou junto à concessionária
392 que as podas são realizadas por empresa terceirizada, que é devidamente orientada
393 acerca da forma correta de poda, todavia permanece a irregularidade. Salientou que é
394 necessário que haja a devida fiscalização, além da efetiva denúncia destes casos de
395 irregularidades. Em seguida, o representante da AEA, Paulo Peneluppi, em relação à
396 afirmação do técnico, Francisco Godoy, sobre o plantio de 800 (oitocentas) mudas de
397 árvores no último ano, destacou que não consegue enxergar o resultado deste trabalho
398 no Município, tendo em vista a sua extensão. Ressaltou que há a necessidade de se
399 criar um plano piloto para a implementação de uma nova da arborização urbana. Na
400 sequência, o Presidente, Lincoln Delgado (GCE), manifestou sua concordância com a
401 colocação do conselheiro, Paulo Peneluppi. Após, esclareceu que em decorrência do
402 período de férias, dada a ausência de alguns membros das Câmaras Técnicas, não foi
403 possível efetuar os informes sobre o andamento das Câmaras Técnicas constituídas, o
404 que ocorrerá na próxima reunião do Conselho. Nada mais a tratar, o Senhor
405 Presidente, Lincoln Delgado (GCE), encerrou a reunião, agradecendo a presença e
406 colaboração de todos, e eu, Tamires Tatiane Carvalho Adão Sant'Anna, lavrei, a
407 presente ata.



José Lincoln Trigo Delgado de Almeida
Presidente



Tamires Tatiane Carvalho Adão Sant'Anna
Secretária Executiva

